

Luta pelo voto secreto pode chegar até o STF

PFL afirma que declaração em aberto é antecipação da que terá de ser dada no plenário, no fim do processo

Ailton de Freitas

Diana Fernandes

• BRASÍLIA. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) vai trabalhar até o último momento para impedir que seja aberta a votação do relatório de Saturnino Braga (PSB-RJ) no Conselho de Ética, quarta-feira. Se não conseguir o voto secreto, poderá recorrer judicialmente. Conta para isso com o apoio do partido. A disposição é ir até o Supremo Tribunal Federal (STF).

— Voto aberto é pressão, coação — disse ontem o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), salientando que o recurso deve ser feito pelos advogados de Antonio Carlos, e não pelo partido.

PFL lembra outros casos de votação secreta

O argumento dos pefelistas, desde que o partido decidiu, semana passada, defender o voto secreto, é que um assunto que será obrigatoriamente objeto de voto secreto no plenário não pode ter voto aberto nas fases anteriores. Seria uma antecipação de voto, alegam. O PFL recorre ainda a outras votações secretas estabelecidas no regimento, como aprovação de embaixadores, diretores do Banco Central e de agências reguladoras, que obedecem à norma em todas as instâncias de tramitação — nas comissões e no plenário.

— É um argumento forte, mas tem do outro lado a alegação de que na votação do relatório do Saturnino não estará sendo examinado o mérito do caso, ou seja, a punição — afirmou um senador



UM BONECO REPRESENTANDO Antonio Carlos é queimado e chutado na praça em frente à prefeitura



ESTUDANTES FAZEM protesto no Salão Negro do Congresso